

Os ecos da transição democrática no Brasil: o fim do exílio de intelectuais e a difícil reinserção

The echoes of the democratic transition in Brazil: the end of the intellectuals exile and the reintegration difficulties

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar o retorno do exílio político ao Brasil após a anistia, em 1979. O foco recai particularmente em Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, um grupo de intelectuais que iniciou sua trajetória profissional na Universidade de Brasília (UnB), quando a Universidade havia sido recém fundada. Com o golpe de 1964, eles foram perseguidos, presos e optaram pelo exílio. A partir da Lei de Anistia, retornaram ao Brasil e tiveram problemas de reintegração. A ausência de acolhimento e o tratamento dispensado aos retornados revelam os percalços da transição brasileira.

Palavras-chave: Brasil, intelectuais, exilados, transição democrática.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the return of political exile to Brazil after the amnesty in 1979. The focus is particularly on Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos and Vânia Bambirra, a group of intellectuals who started their professional career at Universidade de Brasília (UnB), when University had just been founded. With the 1964 coup, they were persecuted, arrested and decided for exile. After the Amnesty Law, they returned to Brazil and had problems with reintegration. The lack of warm reception and the treatment given to the returnees reveal the obstacles of the Brazilian transition.

Keywords: Brazil, intellectuals, exiles, democratic transition.

Resumen

El propósito de este artículo es analizar el regreso del exilio político a Brasil después de la amnistía en 1979. El enfoque es particularmente en Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos y Vânia Bambirra, un grupo de intelectuales que empezaron su carrera profesional en la Universidade de Brasília (UnB), cuando la universidad acababa de ser fundada. Con el golpe de 1964, fueron perseguidos, arrestados y optaron por el exilio. Después de la Ley de Amnistía, regresaron a Brasil y tuvieron problemas de reintegración. La falta de bienvenida y el trato ofrecido a los retornados revelan los obstáculos de la transición brasileña.

Palabras claves: Brasil, intelectuales, exiliados, transição democrática.

Fecha de recepción: 30 de julio de 2020

Fecha de aceptación: 12 de octubre de 2020

Os ecos da transição democrática no Brasil: o fim do exílio de intelectuais e a difícil reinserção

The echoes of the democratic transition in Brazil: the end of the intellectuals exile and the reintegration difficulties

Claudia Wasserman*

O filme *Deslembro* (2019) da cineasta Flávia de Castro inicia com uma cena que retrata os sentimentos conflitantes presentes no retorno ao país dos exilados políticos e de seus familiares. Joana é a personagem principal, uma adolescente prestes a voltar com a família para o Brasil após a anistia. Num ímpeto de rebeldia, ela rasga o seu passaporte e coloca os fragmentos no vaso sanitário do apartamento que a família morava em Paris, representando a recusa da personagem em voltar para o Brasil. Com a Lei da Anistia, a menina está, a contragosto, de volta à cidade que não reconhece como sua e, ao mesmo tempo, memórias amargas vêm à tona, causando um forte desconforto.

O objetivo desse artigo é analisar o retorno do exílio político ao Brasil após a anistia, em 1979. O foco recai particularmente em Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, um grupo de intelectuais que iniciou sua trajetória profissional na Universidade de Brasília (UnB), quando havia sido recém fundada. Com o golpe de 1964, eles foram perseguidos, presos e optaram pelo exílio. No exterior, trabalharam em Universidades e Centros de Pesquisa e tiveram uma produção intelectual consistente e mundialmente reconhecida. O ponto de partida dessa reflexão é o desejo de retorno dos exilados, a necessidade de readaptação à nova realidade e a ambiguidade de sentimentos em relação ao país que reencontrariam. Defendo a hipótese de que o regresso dos exilados constituiu parte do processo de transição democrática ao evidenciar como cada país lidaria com o passado autoritário. Ao permitir o retorno dos exilados políticos, abriu-se a oportunidade de revisitar os motivos do exílio: a violência e os crimes do Estado na época da ditadura, a condenação do regime às ideologias reformistas e revolucionárias e o esvaziamento dos projetos e sonhos de transformação social de uma geração de brasileiros.

A Lei de Anistia foi um passo importante, porém incompleto, na reparação de injustiças do passado ditatorial. Sancionada em 28 de agosto de 1979, a lei determinava em seu artigo 1º: “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações vinculadas ao Poder Público, aos dos poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e complementares.”¹ A partir da promulgação da lei, o Brasil assistiu à libertação de presos políticos e ao retorno de exilados que vieram de todos os lugares do mundo,

¹Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683compilada.htm. Acesso em: 08/08/2020.

sobretudo, de países da Europa e da América Latina. Em 31 de agosto de 1979, Dulce Maia, integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi a primeira exilada a chegar no Brasil, em 1º de setembro chegaram os jornalistas Fernando Gabeira e Chico Nelson, recebidos com festa por amigos, familiares e militantes políticos. Depois foi a vez, entre muitos outros, de Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes.

Leonel Brizola, o ex-governador do Rio Grande do Sul, entrou no Brasil por Foz do Iguaçu no dia 06 de setembro de 1979 e falou pouco, deixando claro que aqueles que o seguissem no retorno ao Brasil deveriam ter “cautela, paciência e prudência” (site do Partido Democrático Trabalhista ²). Era o primeiro sinal de que se abria no país um período de conciliação nacional prudentemente articulado pelas forças conservadoras para impedir a crítica ao período anterior. Ruy Mauro Marini fez sua primeira viagem de retorno depois da anistia em dezembro de 1979, mas a volta definitiva ocorreria somente em meados de 1984. Theotônio dos Santos retornou em janeiro de 1980, e Vânia Bambirra retornou em março do mesmo ano, depois de cumprir alguns compromissos internacionais junto com Herbert de Souza.

A “possibilidade de iniciar uma nova vida”, “resgatar uma identidade”, “dar continuidade a uma trajetória interrompida”, “retomar projetos e sonhos abandonados em função do exílio” Rollemberg (1999: 264-265) não se concretizou na prática para a maior parte dos exilados. A recepção, a despeito das festividades nos aeroportos e da ampla cobertura da imprensa, esteve sujeita ao formato da transição. No caso dos intelectuais, demitidos sumariamente das universidades ou institutos de pesquisa, houve muita dificuldade de reinserção às antigas posições e muitas vezes isso nunca ocorreu. O amparo aos exilados não estava na agenda da transição brasileira. Não houve, uma política de revisão do passado e a anistia, além de blindar a culpabilidade do Estado também ignorou a acolhida, que foi feita de forma muito irregular, e dependeu da posição que a pessoa ocupava antes do exílio, do setor de atividade, das disputas político-ideológicas prévias ao exílio, durante o exílio e das que continuavam vigentes, entre outros fatores.

O artigo 2º da Lei da Anistia determinava que para retornar aos antigos postos de trabalho os servidores civis ou militares deveriam requerer num prazo de 120 dias, o retorno ou a reversão à ativa e no artigo 3º ficava definido que o requerimento ficava “condicionado à existência de vaga e ao interesse da Administração” e que seria “processado e instituído por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los”. Os dois artigos (2º e 3º) praticamente cancelavam a possibilidade de retorno dos professores universitários expurgados aos seus antigos postos de trabalho nas Universidades públicas brasileiras: “A contradição interna desta fórmula fica explícita se recordamos que nas aposentadorias e demissões de 1969 não houve nem acusações nem processos, mas um simples decreto presidencial. Isso significa que só agora os processos serão constituídos e os julgamentos feitos. Curioso procedimento em que a acusação surge no ato de perdoar o réu!” (Holzmann, 2008: 94). Estigmatizados ao deixar o Brasil, os “retornados” eram submetidos ao vexame de requerer seus direitos cassados arbitrariamente pelo governo militar e sem a garantia de recuperação dos antigos postos de trabalho. Um exemplo significativo da dificuldade desses procedimentos foi o que os dez pesquisadores expurgados do Instituto Oswaldo Cruz em 1970, somente em 1986, puderam retornar. A

² Disponível em: <https://www.pdt.org.br>. Acesso em 20/10/2019.

Fiocruz, então presidida por Sérgio Arouca, pôs fim a essa injustiça e reintegrou os pesquisadores ³.

Os exilados políticos, ao voltar ao Brasil depois de aproximadamente quinze anos vivendo fora do país tiveram experiências dolorosas ⁴. Os intelectuais brasileiros exilados a partir de 1964, foram, em geral, muito bem acolhidos nas universidades mexicanas, chilenas, norte-americanas e europeias, ainda que estivessem em terras estrangeiras, outra língua, outra cultura. No retorno ao Brasil, tiveram, entretanto, um estranhamento ainda maior. A mudança nos ambientes profissionais brasileiros e na cultura política do Brasil era evidente. Do ponto de vista econômico, os anos 1980 foram marcados por forte estagnação. Particularmente na América Latina e no Brasil, foi uma fase de intensa retração da atividade industrial. Assim, os intelectuais e políticos brasileiros deixaram um país onde, na década de 1950-60, predominavam expectativas otimistas sobre o desenvolvimento da economia, e retornaram ao Brasil sob uma forte crise de realização da atividade industrial, crise da dívida externa, índices altíssimos de inflação e grave desemprego. Politicamente, predominava o debate sobre a redemocratização. O país continuava sendo governado pelos militares, que emitia os primeiros e mais consistentes sinais de retorno dos militares aos quartéis. O AI5 foi revogado em janeiro de 1979, a Lei da Anistia promulgada em agosto e, em dezembro, foi promulgada a “Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos” que extinguiu ARENA e MDB e instituiu o pluripartidarismo, abrindo caminho para a criação de vários partidos contemplando a diversidade de opositores do regime militar.

Para as nossas personagens e para todo o universo da esquerda, o panorama era de cautela e de reconhecimento da situação do país, fase de lenta readaptação e gradual reinserção, depois de tão prolongada ausência. Afinal, foram cerca de catorze ou quinze anos sem pisar na terra natal, sem saber exatamente o quanto tinham sido transformados os costumes, a cultura do país. Nossos intelectuais também não estavam exatamente cientes de quais eram os critérios então vigentes de excelência e qualidade nos ambientes acadêmicos e profissionais que eles haviam frequentado e conhecido antes da ditadura.

No retorno ao Brasil, Theotônio, Bambirra e Marini, encontraram, além dos problemas de ordem pessoal, familiares ⁵, inadaptação e estranhamento. Tiveram que enfrentar outra Universidade, outros partidos, uma nova cultura política, e foram instados a lidar com uma mesma disputa teórica acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro na qual eles já haviam sido vencidos. Compreenderam que os seus oponentes no campo intelectual acabaram se constituindo na corrente dominante da intelectualidade brasileira.

³ Para ver a trajetória desses dez pesquisadores visitar o site da instituição. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/cartilha.pdf>. Acesso em: 08/2020

⁴ Para exemplificar as dificuldades encontradas pelos exilados que retornaram menciono os trabalhos de Denise Rollemberg (1999) e de Jorge Christian Fernández (2011).

⁵ “Os filhos de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, às vésperas da anistia, não queriam deixar o México. E é em espanhol que Nádia, aos 14 anos, tendo saído do país no primeiro ano de vida, se justificava: ‘porque suemos mas mexicanos que brasileños. Nunca vivi en Brasil’ – Rollemberg, 1999, p. 275. Em seu Memorial, Bambirra se refere a essa disposição dos filhos da seguinte maneira: “Nunca duvidamos de que, logo que fosse possível, voltaríamos para o Brasil, apesar da restrição dos filhos: ‘nós não estamos voltando, estamos indo’.” (Memorial, 1991: 32). Nádia tinha então quase a mesma idade de Joana, personagem central do filme “Deslembro” mencionado no começo desse artigo.

Por isso, a readaptação no retorno ao país chegou a ser mais difícil do que a adaptação aos ambientes chileno e mexicano.

O retorno ao Brasil evidenciava o descompasso, o estranhamento e condicionava um retorno ao passado; levava ao questionamento dos motivos que induziram à saída do país: “... na volta ao país... no reencontro... , quando se tornou imperioso o aggiornamento, a estranheza apareceu em todo o seu esplendor, e em todo o seu desconforto, iluminando as raízes da rebeldia, no passado longínquo, evidenciando as razões profundas da inadaptação do exílio, e os descompassos inevitáveis que acompanhariam sua trajetória...” (Reis, 2003: 252).

Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos haviam se exilado na época áurea dos debates acerca da Revolução Brasileira e da transição ao socialismo. No exílio chileno tiveram contato direto com uma experiência socialista e no México foram brindados com ambientes acadêmicos autônomos e abertos às experiências políticas alternativas. Quando voltaram ao Brasil, tiveram que se adaptar a um ambiente intelectual mais cauteloso e que discutia cada vez menos a transição ao socialismo.

Ruy Mauro Marini retornou ao Brasil, pela primeira vez após a anistia em dezembro de 1979, mas continuava vinculado a UNAM. Em 1982, durante uma visita ao Brasil, foi preso por três dias. Visitou novamente o país no final de 1983 e no princípio de 1984. No segundo semestre de 1984, voltou para ficar. Assumiu então a direção de um suplemento especial no *Jornal do País*, onde escreveu sobre os mais variados temas da realidade brasileira. O periódico quinzenal entrou em crise no mesmo ano. Com Neiva Moreira⁶ editou, entre 1985 e 1986 uma revista trimestral, *Terra Firme*. Com Emir Sader e José Aníbal Peres de Pontes tentou criar uma revista teórica, sem êxito.

Theotônio dos Santos voltou em 1979 ao Brasil e participou de projetos de pesquisa, um dos quais em colaboração com Pablo Gonzáles Casanova. Participou na comissão consultiva de um projeto dirigido por Amílcar Herrera, da Universidade de Campinas. E colaborou com pesquisa organizada por Abdel Malek sobre as grandes transformações no mundo contemporâneo. Todos esses projetos eram ligados à Universidade das Nações Unidas (UNU)⁷. Theotônio ainda participou, no começo dos anos 1980, como consultor de um projeto da UNU, sobre pesquisas para a paz, que pretendia analisar perspectivas geopolíticas e estratégicas do mundo contemporâneo.

Vânia Bambirra voltou para o Brasil em 1980 e somente em 1984 foi convidada por Darcy Ribeiro, então vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, para trabalhar na FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Foi designada para desenvolver pesquisa sobre as principais calamidades do Estado do Rio de Janeiro e definir as prioridades de intervenção do poder público. Segundo ela, “o projeto foi engavetado” (Memorial, 1991: 37), devido à negligência dos demais envolvidos. Também foi funcionária da Superintendência de Desenvolvimento Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o que lhe permitiu refletir sobre a situação das

⁶ Jornalista, Deputado Estadual e Federal, fundador do PDT e fundador de vários órgãos de imprensa, dentre os quais os *Cuadernos del Tercer Mundo*, fundado no exílio com jornalistas uruguaios e argentinos.

⁷ Fundada em 1973, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), a UNU é composta por Centros e Programas de Pesquisa e Formação em diversas partes do mundo, mas não confere títulos.

favelas. Posteriormente, foi nomeada Diretora Geral do Fundo Rio, onde elaborou projeto de captação de recursos internacionais para “creches comunitárias”, além de um Plano de Classificação de Cargos para o órgão. De volta à FAPERJ, colaborava na seleção de pessoal para os Centros Integrais de Escolas Públicas (CIEPs).

Apesar desse mosaico de experiências e ocupações, muitas das quais obtidas graças aos contatos políticos ou através de amigos companheiros do exílio, Marini, Theotônio e Bambirra eram, sobretudo, professores universitários. Essa fora a atividade principal de todas as suas trajetórias. Haviam saído do Brasil como docentes expulsos da UnB, e tinham conseguido ocupação semelhante nos países do exílio, além de serem intelectuais com reconhecimento internacional e que, ao longo do exílio, atuaram como docentes e publicaram livros e artigos em países da América Latina, Europa e nos Estados Unidos. No retorno ao Brasil tiveram bastante dificuldade em retomar a carreira acadêmica. As primeiras tentativas de reintegração foram trágicas, pois a universidade no Brasil havia se modificado enormemente.

O crescimento do número de Universidades brasileiras (de cinco, em 1945, para 37, em 1964) e da quantidade de alunos matriculados (236,7%)⁸ veio acompanhado da modernização, com a criação de diversas instituições de apoio aos altos estudos, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, tais como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), ambos em 1951.

No contexto de crescimento do ensino superior do Brasil, entre os anos 1950 e 1960, discutia-se a necessidade de uma Reforma Universitária na qual as Faculdades de Filosofia teriam um papel central, seja como instituições de pesquisa, seja como órgão integrador e articulador das diferentes unidades (Mendonça, 2000: 144). A UnB, fundada em 1961, representava a culminância desse processo de inovação e de autonomização das instituições de ensino superior no Brasil. Segundo Ana Waleska Mendonça (2000: 144-145), os professores da UnB “... foram recrutados entre o que havia de melhor no Brasil. Esses professores eram atraídos em grande parte pela mística que se constituiu em torno da Universidade”.

A autonomia universitária e a democratização do ensino superior conduzidos pelo projeto idealizado por Anísio Teixeira serviam de base para os debates sobre a Reforma Universitária, informados igualmente pela radicalização das esquerdas em torno das Reformas de Base. O golpe de 1964 reverteu todos esses projetos; iniciou com a intervenção na universidade, expurgos de docentes, repressão ao movimento estudantil e contenção do debate sobre as reformas. A Reforma Universitária de 1968, empreendida pelo governo autoritário, bloqueou as pretensões autonomistas do movimento de docentes e discentes, mas, de outro lado, promoveu a modernização das instituições públicas mais ou menos nos moldes em que estava sendo pensado no período anterior à implantação do regime autoritário. Uma diferença, entretanto, sobressaía. Além da relativização da autonomia, a universidade sob a égide da ditadura cresceu mais tecnicista, as chamadas ciências duras tiveram atenção redobrada e as antigas Faculdades de Filosofia tiveram sua importância diminuída. Essas últimas também foram vítimas da fragmentação em

⁸ Dados extraídos de Mendonça (2000: 141-142).

diferentes escolas e institutos, o que reduziu ainda mais as chances de serem elas o núcleo integrador de uma proposta humanista.

Outro impacto provocado pela política da ditadura em relação às universidades foi a permissividade de concessões de funcionamento a instituições privadas de ensino superior, que se multiplicaram em uma velocidade impressionantemente maior do que as públicas. Criou-se, com isso, uma diferenciação de qualidade no ensino superior brasileiro, sendo em geral, com poucas exceções, as universidades públicas de qualidade superior às privadas, onde ocorreu também uma massificação e a mercantilização dos diplomas, fatos verificáveis até hoje. Os sistemas de financiamento do ensino superior também sofreram transformações durante a ditadura e favoreceram o aparecimento e consolidação de grupos de ensino e de elites acadêmicas baseadas na repartição desses recursos. De acordo com Mendonça (2000:148), a autonomia foi ferida em sua base: "... o controle centralizado dos recursos materiais e financeiros pelo governo federal acabou por atrelar o seu funcionamento às políticas governamentais".

Marini faz referência ao papel desempenhado pela política cultural da ditadura no padrão imposto aos intelectuais brasileiros. Segundo ele, "Essa política teria resultado, porém, menos exitosa se mais e mais intelectuais não houvessem sido cooptados pelo sistema, inclusive aqueles que se situavam em oposição ao regime. Ocorreu no país um fenômeno curioso: intelectuais de esquerda, que chegavam a ocupar posições em centros acadêmicos, ou que os criavam com o fim precípuo de ocupar posições, estabeleciam à sua volta uma rede de proteção contra o assédio da ditadura e utilizavam sua influência sobre a destinação de verbas e de bolsas para consolidar o que haviam conquistado, atuando com base em critérios sumamente grupais. Entretanto, o que aparecia, originalmente, como autodefesa e solidariedade tornou-se, com o correr do tempo... uma vocação irresistível para o corporativismo, a cumplicidade e o desejo de exclusão de todo aquele... que ameaçasse o poder das pessoas e grupos beneficiários desse processo... resultava proveitoso... monopolizar e personalizar as ideias que florescia na vida intelectual da região, adequando-as previamente aos limites estabelecidos pela ditadura. Neste contexto, a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970..." (Memória, 1990: 37).

Muito antes disso, André Gunder Frank (1968:40) já alertava para a cooptação dos intelectuais latino-americanos: "...es digno de notar o fato de que o imperialismo se serve agora de convites a conferências, bolsas de estudo, programas de 'investigação conjuntos', tanto nos Estados Unidos como em seus afilhados latino-americanos, para cortejar precisamente aos intelectuais esquerdistas latino-americanos (e outros) os quais antes desdenhava e perseguia". A respeito dessa visão de Ruy Mauro Marini e de André Gunder Frank sobre o processo de cooptação dos intelectuais de esquerda no período da ditadura, não resisto citar Celso Furtado em entrevista concedida à Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola (2002:36): "Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, eu diria que ele reúne em si 90% de malabarista e 10% de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa... é de nove em 10. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido..."

Ainda segundo Marini, “... desde o golpe chileno de 1974, a socialdemocracia europeia passou a atuar no cenário intelectual latino-americano, no que fora precedida pelas fundações de pesquisa norte-americanas e acompanhada pelas instituições culturais financiadas pelas igrejas e pela democracia cristã. No Brasil e no resto da América Latina, a disputa pela obtenção dos recursos daí advindos reconstituiu a elite intelectual sobre bases totalmente novas, sem qualquer relação com as que – fundadas na radicalização política e na ascensão dos movimentos de massas – a haviam sustentado na década de 1960.” (Memória, 1990: 38).

Universidade e reintegração

A reintegração dos expurgados das Universidades públicas brasileiras foi bastante tumultuada e dependeu muito de uma firme posição política de cada instituição. Como o decreto de anistia exigia o requerimento do interessado, condicionava à existência de vaga e à formação de uma comissão para verificar a competência para o cargo, muitos expurgados não foram reconduzidos aos seus antigos postos de trabalho.

Em maio de 1983, o então deputado federal Nadyr Rossetti protocolou o Projeto de Lei 1247 que determinava a reintegração “nos cargos, funções, empregos, postos ou graduação que ocupavam na data do respectivo afastamento, com promoções por todos os princípios – antiguidade, merecimento, escolha, bravura e post-mortem – e modificações resultantes de sistemas de classificação, a que teriam direito, como se estivessem em plena atividade”. Nas justificativas, Rossetti argumenta que, passados três anos da Lei de Anistia, nem 10% dos brasileiros contemplados com a Lei foram efetivamente por ela beneficiados: “Quase todos, portanto, cumprem na prática uma punição que a lei já eliminou. É como se não tivessem sido anistiados”⁹. Rossetti critica o requerimento, as Comissões Especiais, o condicionamento à existência de vaga e chama da Lei de anistia de “explicitamente mesquinha, ilegítima e mal dissimula o ranço de autoritarismo que a inspirou”. Em setembro do mesmo ano, o relator, deputado Djalma Bessa, vota pela inconstitucionalidade do projeto em vista do artigo 57, parágrafo VI da Constituição Federal que reservava exclusivamente ao presidente da República a iniciativa de leis que concedessem anistia. Isso é ratificado pela Comissão de Constituição e Justiça em outubro e o projeto é arquivado.

Nesse sentido, a reintegração dos professores universitários foi oscilante e dependeu de contatos dos expurgados com as universidades de origem, pressões, ações pessoais de professores da ativa e dirigentes, autorização do Ministério do Planejamento e da Educação para provimento de vaga, entre outros fatores.

A reintegração de Rui Mauro Marini na Universidade de Brasília, solicitada desde 1979, só foi concluída em 1987, graças à intervenção do então reitor Cristóvão Buarque e da professora do Departamento de História, Geralda Dias. Antes disso, em 1984, foi professor da Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro (FESP), então

⁹ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9541373598586D041EE46F85C6CE73AB.proposicoesWebExterno2?codteor=1167548&filename=Dossie+-PL+1247/1983. Acesso em: 25/07/2019

dirigida por Theotônio dos Santos, onde Marini tentou criar um curso de graduação em administração pública, que foi inviabilizado “... por falta de recursos, e... devido à derrota de Darcy Ribeiro nas eleições para governador do Rio.” (Memória, 1990: 39). Foi demitido da FESP em 1986, como resultado imediato das eleições estaduais.

Ainda por incentivo de Darcy Ribeiro, Ruy Mauro procurou criar um centro de estudos nacionais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mas, segundo ele, “A resistência oposta pela universidade levou... o projeto ao fracasso, tendo ela conseguido manter-se intocável durante toda a gestão de Brizola” (Memória, 1990: 38).

No início dos anos 1980, logo depois do retorno ao Brasil, Theotônio e Vânia foram seduzidos por um convite do Departamento de Economia da Universidade Católica de Belo Horizonte para elaboração de um projeto de pós-graduação. Conseguiram um convênio com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Foram homenageados pelos estudantes de graduação e participavam ativamente da vida acadêmica. De acordo com Bambirra, “... Rompiam-se preconceitos e tabus. As palavras socialismo e comunismo, por exemplo, iam-se transformando em conceitos científicos, deixando de serem refrãos subversivos. Era bonito... foi se gestando um clima de agitação intelectual, que explicará em parte o desfecho dessa experiência” (Memorial, 1991:33).

Essa experiência terminou sem explicação plausível. Para Bambirra “Uma experiência de surrealismo acadêmico”. O programa de pós-graduação fora cancelado, ainda segundo ela por razões políticas. (Memorial, 1991:34). Theotônio e Vânia, desempregados, foram então indicados por Moniz Bandeira para criar e implantar curso de pós-graduação no Instituto Bennett de Ensino, no Rio de Janeiro, para onde viajavam regularmente. Esse projeto, todavia, não foi adiante. Theotônio descreve assim esse momento: “A anistia política de 1979 trouxe-me de volta ao Brasil. Aqui não encontrei a mesma solidariedade que obtive junto aos povos irmãos do Chile e do México. A ditadura ainda dominava o ambiente acadêmico brasileiro e só pude obter posições instáveis como bolsista do CNPq ou em cargos acadêmicos temporários, como professor da PUC de Belo Horizonte e do Instituto Bennett...” (Memorial, 1994: 4).

No Rio de Janeiro, Theotônio foi convidado para ocupar o cargo de “Diretor de Treinamento” da Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro (FESP), onde realizou pesquisas e diversos seminários, atuando junto com Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Isso foi entre 1983 e 1986. Da mesma forma que Marini, Theotônio sofreu as consequências do fracasso eleitoral de Darcy Ribeiro ao governo estadual em 1986 e foi demitido. Em 1985, Theotônio dos Santos prestou concurso para professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, onde permaneceu com vínculo até 1988. Foi reintegrado à UnB em 1987 e aposentou-se em 1992, imediatamente foi convidado para atuar como professor visitante no Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dos três intelectuais desse estudo, apenas Vânia Bambirra possui o título de Doutor em Economia pela UNAM (1987), obtido no mesmo ano em que ela foi reintegrada à UnB. Theotônio dos Santos recebeu dois títulos de Doutor Honoris Causa, da UFMG e da UFF, após o retorno ao Brasil. Marini estava cursando o doutorado em 1964, quando a UnB foi invadida e ele passou a ser perseguido pela ditadura. Nunca terminou o trabalho que era

sobre o “Bonapartismo no Brasil”. Mesmo assim, no México, orientou quatro dissertações de Mestrado e cinco teses de Doutorado.

Vânia Bambirra explica essa situação da seguinte maneira: “Devo destacar que foi um único fator que me motivou a fazer o curso formal de doutorado, no final dos anos setenta: a perspectiva da anistia e da volta para o Brasil e, só por isso, minha pesquisa se transmutou em tese. Fora daqui, em muitas outras latitudes como aquelas que eu vivi, ele era absolutamente prescindível. No México, eu era professora de mestrado e doutorado, sem possuir título de pós-graduação. No exterior, meus títulos eram minhas publicações.” (Memorial, 1991: 28).

Ainda sobre as dificuldades de reinserção nos ambientes acadêmicos brasileiros, Vânia Bambirra foi reprovada em um concurso no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), ocorrido em 1985, para professor auxiliar em História da América, apesar do currículo e de toda a produção intelectual que ela tinha na área. Considerou a “experiência vexatória... o único revés até hoje sofrido na... carreira acadêmica”. (Memorial, 1991: 37).

Vânia, questionada sobre os motivos desse “revés”, falou das dificuldades de escrever em português depois de tantos anos fora do Brasil, e ainda considerou que “não encontrou qualquer ambiente na academia, porque as portas estavam fechadas todas... porque a gente era marxista, marxista e leninista, havia um anti-leninismo em particular que acabava virando anti-marxismo, porque o Lênin se confunde com o marxismo, eu me lembro de que nós voltamos ao Brasil na época do auge do eurocomunismo, e veja bem, quem morreu não foi o Lênin, foram os eurocomunistas” (Entrevista concedida a Claudia Wasserman, em Porto Alegre, em 05 de dezembro de 2012).

A dificuldade de reintegração dos exilados aos ambientes acadêmicos esteve, portanto, relacionada às transformações sofridas pelo ensino superior no Brasil naquele período, à adaptação das elites acadêmicas ao regime autoritário, a cooptação de intelectuais de esquerda através do financiamento de pesquisas, de bolsas e aos sistemas de promoção na carreira universitária.

Mas, também, como fez referência Vânia Bambirra, houve um óbice a certo tipo de pensamento dentro da universidade. No entanto, talvez seja uma simplificação de sua parte dizer que a interdição era relativa ao marxismo propriamente dito. Em verdade, houve uma crise mais generalizada no âmbito das ciências sociais e humanidades. Uma crise epistemológica que se abateu sobre historiadores, sociólogos, economistas, cientistas políticos etc. e que derrubou a confiança no paradigma da modernidade. Movidos pelo contexto de insurreição social dos anos 1970, intelectuais europeus – sobretudo, franceses, espanhóis e italianos – passaram a recusar os fundamentos racionalistas que davam sustentação às teorias do conhecimento social. Rejeitavam as meta-narrativas, a noção de totalidade e a crença no progresso. Essa reviravolta na forma de pensar, fortemente influenciada pelo filósofo francês Michael Foucault, propunha a relativização da razão e a fragmentação do conhecimento ¹⁰.

¹⁰ De acordo com Astor Antônio Diehl (1993: 22), “... a Modernidade foi identificada pelo progresso, pela ciência, pela revolução, pela verdade etc., enquanto que os pós-modernos valorizam o particular, o

Para Fontana (2004:268), ocorreu o que ele denominou “crise da ciência histórica”, “reflexo de outra crise mais profunda: a das expectativas de futuro que baseávamos numa concepção da história que parecia permitir-nos fazer previsões sobre o porvir”, ou o que Anderson (1984:37) classificou como “descenso abrupto do materialismo histórico como cultura ativa e produtiva na França e na Itália”.

Ainda que Anderson tenha relativizado o “descenso”, limitando-o ao espaço intelectual da França, Itália e Espanha, a maioria dos cientistas sociais latino-americanos optou pela adesão ao pós-estruturalismo, representado por Foucault, Derrida, Deleuze. O rechaço às periodizações, às interpretações globais e à primazia das análises econômico-sociais deu lugar à análise do discurso, do cotidiano, das mentalidades e ao predomínio dos estudos culturais. Ao mesmo tempo, do ponto de vista político configurou-se a crítica ao socialismo real, a reação às revelações de Kruschew, a adesão ao maoísmo e, um pouco mais tarde, o alinhamento com o eurocomunismo. Ainda de acordo com Anderson (1984:87) foi “frequente uma evolução do maoísmo para o eurocomunismo, mediada pela rejeição veemente, comum a ambos, da experiência soviética”.

Esse contexto influenciou diretamente os intelectuais sul-americanos preocupados e comprometidos com os processos de redemocratização em meados dos anos 1980. Influenciada pelo eurocomunismo e pela rejeição ao autoritarismo soviético, uma parte da intelectualidade brasileira e latino-americana também se afastou do materialismo histórico e procurou limitar o predomínio que o marxismo desfrutava anteriormente nos meios universitários das humanidades e ciências sociais.

Theotônio dos Santos também se refere ao óbice as suas ideias no ambiente cultural acima contextualizado: “Essas divergências foram manifestadas, sobretudo, no artigo de Fernando Henrique Cardoso e José Serra de crítica ao pensamento de Ruy Mauro Marini... Este artigo terminava inclusive com uma afirmação muito dura de que era preciso fechar à chave estas ideias para que não penetrassem na juventude brasileira. Era uma reação à influência que havia alcançado nosso pensamento a nível internacional quando já se identificava uma escola própria dentro da teoria da dependência em que Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e eu éramos considerados como as figuras mais destacadas e onde se tinha uma visão profunda dos limites de uma economia dependente para conduzir o nosso país ao desenvolvimento e à democracia. Essa visão crítica que representávamos não soava bem num Brasil que queria se democratizar sem transformar a sua estrutura econômica e social e que, portanto, tentava um projeto de democracia extremamente limitada ao plano político e ao plano do reconhecimento formal da cidadania de um povo de famintos e analfabetos. Nossa visão sobre os limites de um desenvolvimento dependente, sobre suas tendências concentradoras e marginalizadoras, sobre o impacto social deste tipo de desenvolvimento, soavam como uma voz destoante. Esta talvez tenha sido a razão principal pela qual encontrei, na volta ao Brasil, extremas restrições para a minha rearticulação dentro da realidade brasileira.” (Memorial, 1994: 60).

fragmentário, o efêmero, o corpo, o microscópicos, rejeitando as grandes sínteses pelo conhecimento das causas primeiras, atacando o próprio sentido da história”.

No artigo “As desventuras da dialética da dependência”, de Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978), os autores criticam as teses de Ruy Mauro Marini. Embora eu não tenha identificado a passagem aludida por Theotônio dos Santos de “que era preciso fechar à chave estas ideias para que não penetrassem na juventude brasileira”¹¹, ficou claro ao longo do texto a aversão dos autores cebrapianos às tentativas de Marini em demonstrar que “o dilema fascismo ou socialismo (colocado por Theotônio dos Santos entre outros) era teoricamente sustentável, na medida em que superexploração requer a repressão ao trabalhador e condiciona o desenvolvimento capitalista a moldes socialmente restritivos, os quais só poderiam ser rompidos através da Revolução Socialista” (Cardoso e Serra, 1978: 4). Cardoso e Serra advertem que não rejeitam “no plano valorativo a validade da alternativa socialista”, porém o texto em questão insiste em demonstrar o contrário. Na mesma medida, salientam que Marini aplica “mal, equivocadamente ou pobremente” o arsenal marxista, o qual os autores parecem igualmente desdenhar.

Provavelmente diante desse tipo de crítica, Marini escreveu em seu memorial: “a intervenção nas universidades, que expulsou professores e alunos, mutilou os planos de estudo e, através da privatização, degradou até o limite a qualidade do ensino; e a destinação de gordas verbas para a pesquisa e a pós-graduação, implicando novos critérios para a seleção de temas e o direcionamento das bolsas de estudo para os Estados Unidos e alguns centros europeus. A análise da política cultural da ditadura, iniciada com os acordos MEC-USAID, e de suas consequências ainda está por ser feita, representando um ajuste de contas indispensável para que o Brasil possa descobrir sua verdadeira identidade.” (Memória, 1990: 37).

A interdição experimentada pelos intelectuais marxistas em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990 nas Universidades, centros de pesquisa e outras instituições acadêmicas foi, portanto, consistente, deliberada e dizia respeito à crise do marxismo, de um lado, e aos diferentes projetos de redemocratização, de outro.

Uma nova realidade, determinada pela derrota das convicções da esquerda dos anos 1960, vem acompanhada de novas exigências nos espaços profissionais ocupados pelos intelectuais. O processo de recolocação de intelectuais e artistas nessa nova realidade esteve influenciado, portanto, por esses novos valores, hierarquias e necessidades.

O desprezo quase generalizado pela via insurrecional no novo contexto cultural latino-americano e o retorno do pluripartidarismo no Brasil levaram Theotônio dos Santos, Vânia Bambira e Ruy Mauro Marini de volta à militância político-partidária, outro fator a ser considerado em suas trajetórias depois do retorno do exílio.

As polêmicas dos anos 1980 e os processos de redefinição do papel do intelectual e de recolocação dos intelectuais no espaço público estiveram marcados, sobretudo, pela disputa em torno do caráter da dependência e das possibilidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. Ruy Mauro Marini, por exemplo, faz referência às mudanças do país quando do seu retorno e se refere a uma adesão mais acentuada às ideias estrangeiras: “E

¹¹ Encontrei na p. 3 a seguinte afirmação: “Oxalá possamos nesse artigo, senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos colocar trancas que fechem falsas saídas”. A “falsa saída” que os autores se referem é certamente o socialismo.

vinte anos – sobretudo se correspondem à nossa fase de afirmação e desenvolvimento profissional – contam muito. Contam ainda mais se o país a que regressamos, apesar de ter tido o seu movimento geral determinado pelas mesmas tendências que regeram o da América Latina, participando, pois, do mesmo processo de hipertrofia das desigualdades de classe, da dependência externa e do terrorismo de Estado que a caracterizou, nesse período, o fez acentuando seu isolamento cultural em relação a ela e lançando-se a um consumo compulsivo das ideias em moda nos Estados Unidos e na Europa” (Memória, 1990: 36).

Marini se refere à mudança no perfil dos intelectuais, ocorrida entre a ditadura e o processo de transição: “... a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970,... No Brasil e no resto da América Latina, a disputa pela obtenção dos recursos... reconstituiu a elite intelectual sobre bases totalmente novas, sem qualquer relação com as que – fundadas na radicalização política e na ascensão dos movimentos de massas – a haviam sustentado na década de 1960.”. Com isso, ele tristemente concluiu: “Como quer que fosse esse era o país ao qual eu devia me reintegrar.” (Memória, 1990: 36).

Theotônio dos Santos também faz referência às dificuldades que enfrentaria no retorno ao Brasil e ensaia uma explicação: “Em 1979 no México havia organizado, na Divisão de Pós-Graduação de Economia da UNAM, um debate sobre a volta da democracia no Brasil em que trouxemos vários cientistas sociais brasileiros. Neste debate, comecei a sentir que a minha volta não seria tão bem recebida. Havia grandes divergências entre a minha visão do processo de democratização de nosso país e das implicações econômico-sociais e, sobretudo, de política econômica, em relação àquela que vinha presidindo grande parte dos pensadores sociais no Brasil.” (Memorial, 1994: 60).

A impossibilidade de reconciliação dos múltiplos passados – as mais diversas formas através das quais a intelectualidade brasileira viveu o período ditatorial – esteve evidenciada nas formas como ocorreu o ingresso de cada um dos intelectuais estudados nos espaços acadêmico, cultural e político após a anistia. Para ter acesso a esses lugares, foi decisiva a adesão dos pensadores brasileiros à ideologia da conciliação, o que não caracterizava, nem de longe, o pensamento dos intelectuais aqui estudados.

Pesquisa, políticas públicas e produção intelectual na volta do exílio

O retorno do exílio, no início de 1980, foi bastante tumultuado para Theotônio e Vânia que tinham dois filhos pequenos, militavam no PDT, mas não tinham uma estabilidade profissional. Ruy Mauro hesitou durante mais tempo até decidir-se pelo retorno definitivo ao Brasil, mas teve igualmente dificuldades de reinserção profissional como já mencionado. Assim, a produção intelectual de nossas personagens foi condicionada, nesta época, pela situação do regresso e pelas necessidades de reinserção profissional.

Entre o início dos anos 1980 e o início dos anos 1990, Ruy Mauro, Theotônio e Vânia mantiveram o dinamismo intelectual organizando seminários e debates, ministrando cursos e participando de projetos de pesquisa financiados pela FESP, FLACSO, UNU, entre outros. Depois de 1980, Ruy Mauro e Theotônio, além dessas iniciativas e das pesquisas, escreveram predominantemente sobre os novos padrões da economia

capitalista mundial, especialmente sobre a globalização e o neoliberalismo, e também produziram textos sobre a redemocratização e a respeito da Constituinte de 1988. Vânia Bambirra dedicou-se à redação da tese de doutorado durante o primeiro ano do regresso ao Brasil. Intitulada “La teoría del Socialismo en los clásicos: Karl Marx, Federico Engels e Vladimir Ilich Lenin”, a tese foi publicada em 1992 no Brasil em forma de livro, pela editora da UnB, com o título “A teoria marxista da transição e a prática socialista”.

Até 1986, Vânia esteve à frente de vários órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro, durante o mandato de governador de Leonel Brizola, e desenvolveu atividades diversas, todas relacionadas com a criação de políticas sociais relevantes, baseadas em pesquisas sociológicas, mas que não resultaram em produção textual sistemática. Referiu-se assim ao seu regresso para atividades intelectuais e acadêmicas: “Tínhamos muitos projetos e esperanças. Sabíamos que encontraríamos dificuldades, apenas não imaginávamos que, do ponto de vista profissional, seriam tão grandes. Se o aspecto acadêmico fosse o único fator da volta, até a reintegração na UnB, quase uma década depois, não tenho dúvidas de que o regresso foi um desastre.” (Memorial, 1991: 40).

Marini desenvolveu uma série de pesquisas entre 1986 e 1989 que, segundo ele, “No curso desse período, acentuou-se uma tendência que se fizera presente depois da minha volta ao Brasil e de que só recentemente tomei consciência, a qual é identificada com agudeza por Agustín Cueva... Trata-se da substituição de atividades mais abertas, que buscam comunicação com um público mais amplo, visando a incidir no processo de formação de opinião, e que se expressam em livros, ensaios e artigos de alcance geral, por atividades de caráter mais especializado, circunscritas a grupos fechados, cuja forma de expressão natural é o relatório ou o paper, e que só eventualmente transcendem ao público” (Memória, 1990: 41).

Para Marini, essa “carga de trabalho... foi sendo, aos poucos, percebida como um mecanismo de drenagem de minha vida intelectual, em favor de minha refuncionalização ao sistema científico-cultural vigente no país. De fato, ela implicava que as inquietações e objetivos de pesquisa, derivados de minha própria trajetória de trabalho, assim como a seleção de temas de estudo a que ela tende, fossem deslocados do centro de minha ocupação principal, passando a receber um tratamento marginal, lento e penoso, quando recebiam algum.” (Memória, 1990: 42-43).

Vítimas ou não dessa “refuncionalização” mencionada por Ruy Mauro Marini, nossos autores mantiveram uma perspectiva ampla, abordando temas da América Latina e das sociedades periféricas e, mais tarde, Theotônio e Gunder Frank aproximaram-se das teorias do sistema-mundo ¹².

Outra característica que se manteve presente nos trabalhos de Marini, Bambirra e Theotônio foi a motivação política. Ainda que Marini se ressentisse pela necessidade de atender às novas exigências dos meios intelectuais e acadêmicos, os escritos pós-

¹² Theotônio dos Santos observa em seu memorial o momento específico da sua carreira quando ocorreu a “transposição” da teoria da dependência para a teoria do sistema-mundo: “Dessa forma, descreveria meu percurso intelectual desde que cheguei ao México, no meu segundo exílio, em 1974, como parte do processo de elaboração de uma teoria do sistema mundial que vejo como uma fase superior à teoria da dependência.” (dos Santos, 1994: 45)

redemocratização dos autores marxistas da teoria da dependência, atendiam igualmente as suas convicções políticas. Tanto é assim que Marini e Theotônio foram praticamente os primeiros autores brasileiros a publicar artigos e livros críticos à globalização e ao neoliberalismo.

Em 1992, Marini publicou “El experimento neoliberal en Brasil” e Theotônio dos Santos publicou “El auge de la economía mundial 1983-1989. Los trucos del neoliberalismo”. Theotônio ainda publicou outros textos sobre o neoliberalismo, entre os quais “O neoliberalismo como doutrina econômica”, de 1999. Esses artigos do início da década de 1990 evidenciavam uma situação recente, decorrente das crises do petróleo e da necessidade de reestruturação do capitalismo. No caso brasileiro, Marini (1992:1) insistia na igualmente recente transformação da “natureza e composição da burguesia brasileira”, decorrente das relações que o país estabelecia com o capitalismo hegemônico.

Atribuía os principais elementos da nova ordem econômica mundial à crise econômica pós-1979, às estratégias de recuperação das economias centrais e à ascensão de governos conservadores (Reagan, Thatcher e Kohl). As transformações econômicas incluíam aumento dos gastos militares (Em Theotônio dos Santos (1992: 25): “Reagan impuso al resto del mundo desarrollado un modelo de crecimiento bajo el comando incuestionable del nuevo establishment militar de Estados Unidos”), diminuição do déficit público através do corte nos salários e nos custos sociais dos Estados, privatização das empresas públicas e menor ingerência dos Estados na economia (Em Marini (1992: 6): “... la política de privatizaciones... sólo empezó a operar en octubre de 1991, llevando hasta la fecha a la subasta en bolsa de valores de 10 empresas estatales, principalmente del sector siderúrgico y petroquímico”), abertura comercial e redução dos protecionismos industriais nos países periféricos.

Com respeito à abertura dos mercados mundiais, Marini (1992:6) ressaltava que no governo Collor de Mello: “La apertura comercial, cuestión a la cual el gobierno ha atribuido gran importancia, ha sido también una de las más polémicas en la actual política económica, constituyéndose en motivo de descontento de la burguesía tradicional”. Ao passo que Theotônio dos Santos (1992:27) advertia para o embuste que representava a afamada abertura comercial: “El mercado nos mata – piensan íntimamente los grandes capitalistas disfrazados de liberales – ‘avancemos sobre los mercados que aún existan y liquidémoslos. Que se abran los mercados... ¡de los otros!’”.

Theotônio e Marini estavam cientes de que o neoliberalismo se constituía como uma nova e recente fase do capitalismo mundial, com reflexos diretos na economia dependente, mas também argumentavam que essa estratégia de recuperação da economia mundial nos anos 1980/1990 representava “mais do mesmo”. Ou seja, para os nossos autores, não era nada tão novo ou recente assim como parecia. Theotônio também se refere à continuidade de uma perspectiva protecionista/intervencionista e, portanto, keynesiana por parte das economias centrais no que se referia aos seus próprios mercados e produtos.

No artigo de 1999, Theotônio defendia uma vez mais a ideia do “neoliberalismo para os outros”: “Não se pode aceitar tranquilamente a afirmação de que vivemos sob uma política neoliberal, quando o déficit público, o investimento militar e a especulação financeira a partir dos títulos das dívidas públicas, foram as molas propulsoras da

economia neste período em que os neoliberais exerceram o poder. Aqui se revela uma das questões centrais: há uma evidente contradição entre a doutrina neoliberal e a prática de seus adeptos” (dos Santos, 1999:120).

Marini (1992), por sua vez, relacionava as transformações econômicas brasileiras com as respectivas mudanças de regime político, evidenciando o quanto esse último estava a serviço da acumulação capitalista: “La complejidad social, el grado relativo de organización de las clases y fracciones de clase, la permeabilidad del Estado a los intereses corporativos, la estrecha vinculación del país a la economía internacional hacen que las transiciones en Brasil sean largas y frecuentemente traumáticas. El experimento liberal de los 1960 supuso el derrocamiento previo del régimen político y la implantación de una dictadura militar, sobre la base de una nueva alianza de clases. El actual intento neoliberal ha exigido el desmonte del régimen militar, proceso que se prolongó por diez años, pero no ha cambiado todavía radicalmente el esquema de poder, lo que requiere la conformación de un nuevo bloque dominante” (Marini, 1992:7).

Assim, reconhecendo ou não a existência de grandes mudanças no modelo de acumulação capitalista, nossos autores compreendiam que a transição democrática que se operava no Brasil e no restante do Cone Sul atendia às novas e recentes necessidades das classes dominantes diante do cenário de crise internacional. Compreendiam igualmente que suas histórias de vida e trajetórias profissionais estavam conectadas com a disputa pela hegemonia de um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil em particular e para a América Latina como um todo.

Na década de 1960, haviam saído de um país tensionado entre a defesa de uma economia regulada pelo setor público (nacional-desenvolvimentismo) e a defesa de uma economia regulada pelo mercado (liberalismo), sendo ambas as interpretações de como levar adiante o modo de produção capitalista no Brasil no longo período que se estende entre 1940 e 1980. Durante o exílio, produziram interpretações procurando demonstrar a falácia dessas duas proposições burguesas, ou seja, não concordavam com nenhuma delas em relação à política econômica. Não eram adeptos do liberalismo, tampouco se identificavam com o nacional-desenvolvimentismo. Finalmente, retornaram nos anos 1980, após longo exílio, para um país onde a única saída para a crise econômica parecia ser o neoliberalismo, que significava estender ao grau máximo a defesa do livre mercado e de uma economia aberta.

Neste sentido, sentiam-se triplamente frustrados: o neoliberalismo era pior que o liberalismo, que era pior que o nacional-desenvolvimentismo, que não era tampouco o que eles defendiam para o Brasil.

A defesa da democracia e a volta dos exilados

De outra parte, foram as questões políticas que mais animaram os autores marxistas brasileiros no período da transição democrática, sobretudo no que se refere à defesa da democracia e sua relação com o socialismo. Vânia, Marini e Theotônio evidenciaram constante preocupação com o processo de reconstrução da democracia no Brasil e na América Latina, disso dependiam para trabalhar e com isso também renovavam as esperanças de retorno do exílio. Segundo Vânia: “Nunca duvidamos de que, logo que fosse possível, voltaríamos para o Brasil, apesar da restrição dos filhos: “nós não estamos

voltando, estamos indo”. Tínhamos muitos projetos e esperanças.” (Memorial, 1991: 40). Em Theotônio: “Neste conjunto de textos que vão ser publicados muito posteriormente em português colocava-se a importância e as possibilidades de uma volta à democracia mais ou menos rápida no país. Esse enfoque vai ser muito importante na reagrupação das forças no exílio e na retomada do estudo sobre as perspectivas do avanço das lutas democráticas no país.” (Memorial, 1994: 54). De fato, particularmente Theotônio e Vânia estiveram presentes em Lisboa no “Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio”, promovido por Brizola, entre os dias 15 e 17 de junho de 1979, onde foi produzida a Carta de Lisboa que constituiu o apoio político fundamentado para o retorno dos exilados, onde o primeiro compromisso era com a democracia.¹³

A preocupação dessas personagens com a redemocratização, com a definição de um conceito adequado de democracia que pudesse ser implantado na realidade brasileira e a relação dessa almejada democracia com o socialismo como horizonte de possibilidade reforça a necessidade de situar uma controvérsia historiográfica surgida após a redemocratização acerca da deflagração do golpe e da implantação da ditadura.

A polêmica diz respeito à disputa entre autores que atribuem a deflagração do golpe de 1964 e a implantação da ditadura aos fatores preventivos (DSN) e/ou conspiratórios, e outros pesquisadores que defendem a ideia de uma “ausência de compromisso conjuntural |com a democracia| , tanto dos segmentos de “esquerda”, quanto dos grupos “conservadores e de direita”, |o que| favoreceu o golpe de 1964” (Delgado, 2012: 185). Para esses últimos, significa que “a questão democrática não estava na agenda da direita, nem na da esquerda... Nenhuma delas aceitava a incerteza inerente às regras democráticas.” (Figueiredo 1993: 202). Ademais, para Jorge Ferreira (2007:529; e 2003), pesquisador que defende a ideia de uma ausência de compromisso democrático tanto das esquerdas como dos seus oponentes: “As esquerdas exigiam as reformas, mas como seus adversários, sem valorizar a democracia”.

Nessa versão, o golpe e a implantação da ditadura são atribuídos, portanto, não somente aos militares e elites civis conservadoras, mas também aos esquerdistas que, segundo os autores aqui mencionados, não tinham compromisso com a democracia. Esse tipo de abordagem aparece novamente em livro didático, publicado por Georgina dos Santos, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro Faria (2010:325): “O radicalismo tomava conta do cenário político. Enquanto as esquerdas exigiam a decretação imediata das reformas, as direitas faziam oposição intransigente. *Nesse clima de confronto, a preservação do regime democrático não foi valorizada pelas partes em conflito*” (grifo meu).

Tal controvérsia se refere, portanto, claramente ao período de implantação da ditadura no Brasil e da luta revolucionária dos anos 1960/1970, quando nossas personagens estavam

¹³ “nosso primeiro compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emane do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maior idade sejam eleitores e elegíveis” Disponível em: Carta de Lisboa - http://pdt-rj.org.br/carta-de-lisboa-2/?fbclid=IwAR0sdmHajC4Z388nqk1CM6OHcjIgABPNFVQODWASkz40J7Lox0b_H_tLQ_E. Acesso em julho de 2020.

exiladas, desenvolvendo atividades docentes e de pesquisa em centros universitários latino-americanos, notadamente Chile e México, e, portanto, não diretamente envolvidos nas organizações de resistência à ditadura. Mesmo assim, há, na produção intelectual desses autores, indícios de sua preocupação e compromisso com a democracia no Brasil e na América Latina, ao contrário das afirmações dessa parte da historiografia brasileira sobre o comportamento das esquerdas em relação à sua aderência com o regime democrático. Envolvidos na polêmica historiográfica sobre o apreço de militantes de esquerda pelo regime democrático, Theotônio, Vânia e Rui Mauro procuravam rever seu passado à luz dos problemas colocados pela transição e compreendiam que havia diferença entre a sua compreensão de democracia e a visão que prevaleceria no Brasil dos anos 1980/90.

Em 1979, ainda no México, Theotônio organizou um debate sobre a volta da democracia no Brasil em que estavam presentes vários cientistas sociais brasileiros. Segundo seu relato, começou a entender que havia “grandes divergências” entre a sua visão do processo de democratização, em relação àquela que vinha presidindo grande parte dos pensadores sociais no Brasil. Theotônio dizia ter uma visão crítica dos limites impostos pela dependência para o desenvolvimento econômico e para a democratização política e que essa ideia de limites “não soava bem num Brasil que queria se democratizar sem transformar a sua estrutura econômica e social e que, portanto, tentava um projeto de democracia extremamente limitada ao plano político e ao plano do reconhecimento formal da cidadania de um povo de famintos e analfabetos”. (Memorial, 1994: 61).

Outro indício da preocupação dos nossos autores com a democracia foi o texto escrito por Vânia Bambirra em 1981 e enviado por ela a Leonel Brizola. Dividida entre as preocupações com o retorno da família ao Brasil, ocorrido um ano antes, em 1980, o trabalho na Universidade Católica, em Belo Horizonte, e a redação da tese de doutorado, Vânia escreveu um texto sobre a questão política que remete à defesa da democracia e do partido como instância decisiva na transição da ditadura.

Publicado pela Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), a editora do Estado do Rio Grande do Sul, o texto intitulado “*Os programas dos partidos políticos no Brasil: uma análise comparativa*” tratava de elencar como se posicionavam os programas partidários a respeito de seis questões consideradas por ela fundamentais para a sociedade brasileira, quais sejam: projeto de sociedade que preconiza e o interesse de quais classes representa; soberania nacional e nacionalismo; caráter do Estado brasileiro e política econômica; formas de propriedade; questões políticas e sociais; política externa.

Envolvida com o trabalhismo desde os anos finais do exílio, Vânia Fazia uma defesa explícita do programa do PDT em contraste com os demais partidos do campo da esquerda, mas o texto também permite interpretar a sua visão a respeito da democracia e da transição brasileira. Defendia a “relação entre democracia e o poder organizado do povo para impor ao Estado transformações socioeconômicas de caráter estrutural que beneficiem as grandes maiorias trabalhadoras... dar conteúdo popular à democracia” (Fazia:1981: 5). Segundo ela, o PDT teria essa premissa expressa claramente no seu programa, enquanto no PT e no PMDB “tais conteúdos só aparecem vaga e confusamente” (Fazia, 1981: 5). Mais adiante, ao analisar o programa do PDT revelava que o partido “preconiza a construção de um Estado democrático de transição ao socialismo” e que, para ela, “A democracia só é real quando materializa ao nível das

relações econômicas, sociais, políticas e culturais, os interesses fundamentais das grandes maiorias” (Fazia 1981:31).

Nesse sentido, em 1981, Vânia Fazia defendia o partido e o programa partidário como instrumentos do processo de democratização, o Estado como fator de transformação e a necessidade de privilegiar as tarefas econômicas, já que “representam interesses de classes sociais e frações de classe..., que não podem ser completamente ocultados” (Fazia, 1981: 3). Veremos que Marini se diferenciava desse ponto de vista estritamente partidário e estrutural no que se referia à transição democrática.

Alguns anos antes, em 1976, Marini publicou uma série de artigos, onde revelava a preocupação com a política dos Estados Unidos para a América Latina, referente ao “deslizamento da ênfase norte-americana da doutrina clássica da contra-insurgência, que incentivara os golpes militares na região, para formas de democracia limitada, que Samuel Huntigton chamava de “democracias governáveis” e o Departamento de Estado norte-americano denominava “democracias viáveis”. Tratava-se de uma maneira de entender a redemocratização como resultado de estímulos externos, segundo Marini, “combinados com tendências que, embora tenuemente, se delineavam no Brasil e em outros países latino-americanos”, deixavam antever “a substituição das ditaduras militares e os processos de redemocratização.” Observava ainda que as redemocratizações começavam com “cartas marcadas”, mas que “abriam... amplo espaço à mobilização das forças populares e exigiam da esquerda uma readequação política radical” (Memória, 1990:32).

Cabe compreender o significado dessa demandada “readequação política radical” da esquerda a que se referiu Ruy Mauro Marini em 1991. Para elucidar tal ponto, recorro ao texto publicado pelo autor em 1985 e, portanto, na mesma conjuntura que Vânia escrevera sobre partidos políticos. Intitulado “La lucha por la democracia en América Latina”, Marini (1985:8) defende que a transição abria para a esquerda uma oportunidade de superar a “experiência molecular e marcadamente reivindicativa do movimento popular que se constituiu como fator negativo para sua unificação”. Observo que Marini atribuía a desunião do movimento popular não apenas a fatores da própria natureza das dissensões doutrinárias e ideológicas, mas, sobretudo, à “derrota histórica, que significou para ele o desmantelamento de suas vanguardas e o sacrifício de seus quadros dirigentes”... e que “seu desenvolvimento recente dividiu e dispersou as forças populares, criando obstáculos para que pudessem projetar-se no plano político com força real” e acrescentava que isso leva as forças populares a manifestarem-se como movimento apenas em conjunturas críticas (Marini, 1985:7). Marini se referia ao movimento das “Diretas Já” como uma dessas conjunturas críticas.

Ruy Mauro Marini ainda sugeria “repensar a tendência que tinha sido a da esquerda dos anos sessenta no sentido de privilegiar as tarefas econômicas na luta revolucionária, o uso do Estado como fator primordial de transformação e a visão do homem primariamente como entidade sócio-profissional” (Marini, 1985^a:9). Vale dizer, Marini propunha a readequação do comportamento das esquerdas no sentido do abandono da rigidez doutrinária e ideológica e também na priorização da luta eminentemente classista. Em suas palavras: “A realidade última da luta de classes advém do processo produtivo e não está em discussão a definição do indivíduo como operário ou camponês. Mas, operário ou não, camponês ou não, o indivíduo é homem ou é mulher, é branco, índio ou negro, é um animal que requer condições em exigências particulares e específicas; ainda que

apenas em um plano recobre a sua unidade, somente ali reintegre suas distintas facetas em um todo indivisível: *enquanto cidadão, membro integral da sociedade política*” (Marini, 1985^a:9, grifos meus).

Compreendo a “readequação política radical da esquerda” demandada por Marini de duas maneiras. Primeiro ele convocava a militância à unidade entre partidos e organizações sociais ¹⁴, reconhecendo a indissolubilidade entre os aspectos econômicos e sócio-político-culturais do indivíduo; em segundo lugar, defendia a instância política e o pluralismo como prioridades para a defesa da democratização brasileira. Propugnava assim, “descartar as propostas dogmáticas e sectárias que fazem da unidade ponto de partida, ao invés de... fazer do pluralismo o critério fundamental de uma prática social livre e solidária” (idem, p. 9).

Ainda sobre o mesmo tema da democracia, em 1991, Theotônio dos Santos publicou o livro *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*. Portanto, depois da promulgação da Constituição de 1988 e também após a primeira eleição direta para presidência, em 1989. No livro, o autor fazia uma síntese de suas ideias a respeito da transição no Brasil. Tratava a questão democrática como a “síntese de nossos dramas e esperanças”, porque, segundo Theotônio (dos Santos 1991: 195), “Numa sociedade onde as grandes questões [refere-se à dependência, concentração de riqueza, marginalização das massas, desrespeito aos direitos humanos] continuam irresolutas, gerando uma permanente crise de legitimidade e de poder do Estado, não se pode esperar a existência de uma democracia sólida”.

Neste sentido, Theotônio dos Santos (1991:200; 249;250) procurava explicar o que ele denominava “saída moderada”, de “caráter protelatório”, “obra de ilusionismo político”, que visava manter “intocada a estrutura básica do modelo econômico da ditadura”: “A classe dominante brasileira elaborou um projeto de abertura política a partir de 1973 que buscava criar um modelo político liberal capaz de expressar mais coerentemente os interesses da base econômica capitalista-industrial, implantada no país no contexto do processo de internacionalização da produção e do capital” (dos Santos, 1991:247).

Mesmo reconhecendo que o projeto de abertura política havia sido idealizado pela classe dominante brasileira, “assumindo-o formalmente, mas negando-o na prática” (dos Santos, 1991:249), Theotônio considerava o movimento popular como propulsor de “ações de radicalização das propostas das classes dominantes...” (dos Santos, 1991: 248). Melhor esclarecendo, em suas palavras: “Quando a burguesia propõe uma simples descompressão, o movimento popular força uma abertura. Quando a burguesia assume a abertura política, o movimento popular reivindica a transição democrática. Quando a burguesia assume a transição democrática, coloca-se para o movimento popular um horizonte político e ideológico muito mais difícil de ser transposto... porque se a transição democrática for realmente realizada... inaugurar-se-á um processo de conteúdo muito mais profundo em que o movimento popular tenderá a ser a força hegemônica e determinante” (dos Santos, 1991: 249).

¹⁴ “Partidos e organizações sociais não são entidades antagônicas... Contrapor-lhes a ótica autonomista, ou hierarquiza-los e subordina-los entre si, ao velho estilo da esquerda, não pode senão obstaculizar a uns e outros e conduzir o indivíduo e sua prática social à desintegração.” (Marini, 1985:9)

O capítulo sobre a redemocratização termina com um Theotônio dos Santos esperançoso nos rumos da esquerda brasileira, conclamando à unidade lideranças e partidos. Em 1991, quando publicou o livro *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*, nosso autor não tinha como imaginar que depois de 12 anos e alguns meses de hegemonia de um governo popular (2003-2016), as forças conservadoras da burguesia perpetrariam mais um golpe contra a democracia, representado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Novamente, a esquerda brasileira seria criminalizada pela grande imprensa e pelos políticos conservadores. Assim, repetiu-se em 2016, com toda a sua extensão, a afirmação de Ruy Mauro Marini (1985b: 21), segundo a qual: “A história da política brasileira tem tido... como protagonistas os grupos mais fortes da classe dominante... esta não hesitou nunca em impor às classes dominadas mecanismos de contenção... 1964 foi, nesse processo, apenas um episódio”.

Retorno do exílio e a Constituição de 1988

Nossos autores também tiveram participação nos debates a respeito da Constituição de 1988¹⁵. Em 1985, a editora Brasiliense publicou um livro intitulado “Constituinte e Democracia no Brasil Hoje”, organizado por Emir Sader, com a participação de quatorze autores, entre os quais, Raymundo Faoro, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Claudio Abramo, Cardeal Paulo Evaristo Arns e Paulo Sérgio Pinheiro. Sem pretender qualquer homogeneidade ou coincidência de posições entre os autores, Emir Sader apresentava como objetivo contribuir para “transformar o processo constituinte num passo a mais que ajude a construir a democracia brasileira”.

Entre os pré-requisitos para o sucesso da Constituição, Ruy Mauro (1985:19) e Theotônio (1985:170) defendiam a supressão da ordem autoritária. Theotônio defendia inclusive uma redefinição do conceito de segurança nacional. Marini, por sua vez, recomendava que antes da eleição da Assembleia Constituinte se desmantelasse o aparelho repressivo, representado pelo Serviço Nacional de Informações, o SNI, “um corpo estranho à sociedade e ao próprio Estado, mas que infiltra ambos até a medula com seu policialismo corrosivo...” (Marini, 1985:23-24).

Ambos os autores, ao procurar as raízes dos problemas brasileiros para a consolidação democrática, reforçaram a ideia do predomínio quase ininterrupto de uma classe dominante senhorial sobre um aparelho estatal particularmente poderoso, suficiente para conter setores populares ao longo de toda a história do Brasil. Comungavam igualmente da ideia de que a transição democrática resultara numa reafirmação da burguesia representada pelo grande capital que passara “pela neutralização da extrema direita civil e militar e pelo isolamento e dispersão dos setores populares contestatários... que permitiu à burguesia impor-se como força dirigente no processo de liquidação da ditadura militar, transformando-o numa transição livre de sobressaltos.” (Marini, 1985: 29).

¹⁵ Os debates acerca da nova Constituição iniciaram em 1985, sendo que a primeira questão girava em torno da eleição de uma Assembleia Constituinte exclusiva ou a transformação do Congresso eleito em 1986 em Constituinte. O Centrão, como era chamada a reunião dos partidos conservadores, conseguiu que o Congresso de 559 membros (487 deputados e 72 senadores) fosse transformado oficialmente em Assembleia Constituinte em 01 de janeiro de 1987.

Consideravam que “O liberalismo – aqui e ali tingido de tons social-democratizantes que não desfiguram sua essência – tornou-se a ideologia dominante, permitindo à burguesia restaurar o fio de uma tradição somente rota em 1937 e 1968...” (Marini, 1985: 30). Por isso, para Theotônio dos Santos (1985), a principal disputa da Constituinte seria travada entre “... um neocapitalismo, liberal no campo econômico; autoritário e restritivo no político; assistencial no social, cosmopolita e modernizador no cultural e um socialismo reformista, planejador, intervencionista e nacionalista no econômico; democrático e participacionista no político; privilegiando o social e desenvolvendo o popular e o nacional no plano cultural” (dos Santos, 1985:164).

Para os dois autores, envolvidos nas discussões preliminares sobre a Constituinte, “O debate sobre a empresa pública estará no centro da confrontação entre os setores populares e os neoliberais e conservadores” (dos Santos, 1985:167). Sem muita esperança nos setores populares para fazer impor suas convicções, Marini (1985) observava que “O apetite pelo botim representado pelas empresas públicas e a hegemonia finalmente conquistada, que autoriza a sonhar com o manejo discricionário do aparelho do Estado, só faz reforçar a tendência da grande burguesia no sentido de estabelecer de maneira ampla o regime liberal.” (Marini, 1985: 30).

O que se viu posteriormente à promulgação da Constituição de 1988, e durante os anos 1990, foi justamente a vitória e a consolidação do que Marini chamara de “regime liberal”, responsável pelo desmantelamento da maior parte do patrimônio público nacional, representado pela privatização irrefletida de empresas de telefonia, telecomunicações, energia, bancos e siderurgia.

Mais recentemente, o projeto nacional-popular representado pelo PT desde 2003, embora tenha conseguido frear as privatizações, reverter o sucateamento de empresas públicas e tenha representado igualmente o retorno e a maximização do Estado em áreas sociais e assistenciais, não foi capaz de impedir a promíscua relação entre empreiteiras e empresas públicas, tal como a Petrobrás. Os governos do PT também não foram eficientes para impedir a proeminência das classes dominantes no seu papel de contenção dos movimentos populares e acabaram sendo vítimas do golpe que, em 2016, terminou tristemente com a mais interessante experiência distributiva da história do Brasil.

Considerações finais

Os problemas advindos do retorno dos exilados políticos ao país após a anistia foram de ordem social, pessoal e profissional. Particularmente, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra enfrentaram a disputa teórica a respeito do desenvolvimento brasileiro e suas possibilidades. O enfrentamento entre correntes liberais ou neoliberais e nacionalistas ou estatistas em relação ao capitalismo brasileiro e latino-americano prevaleceu desde os anos 1930/40 e se manteve acirrado nos anos 1990 e no início do século XXI. As polêmicas antigas em torno do tema ganharam nova roupagem e algumas novas personagens, entre políticos e intelectuais. Assim mesmo, a maior parte dos intelectuais que nos anos 1960/70 discutiram a questão do capitalismo periférico e que disputaram diferentes visões sobre as possibilidades de seu desenvolvimento, ainda se encontravam presentes na arena política no início do século XXI. Detecta-se, assim, a persistência do debate em relação ao tamanho do Estado, sobre seu papel na regulação econômica e à disputa entre liberalismo e nacionalismo no Brasil. No retorno ao Brasil,

nos anos 1980, e mais profundamente nos anos 1990, o projeto neoliberal se consagrou como solução para os problemas do desenvolvimento, o que levou nossas personagens ao papel de combatentes quase solitários contra o pensamento único. A “redemocratização sem sobressaltos”, mencionada antes por Ruy Mauro Marini, procurava aprofundar o projeto neoliberal com a redução do papel do Estado. Desde a reunião da Assembleia Nacional Constituinte, a direita tradicional e a nova direita liberal uniram-se para impor o Estado Mínimo, para aceitar o confisco do Estado pelos interesses privados, acobertados pela instituição de agências reguladoras; para implementar as privatizações e com a finalidade de impor a flexibilização das leis do trabalho.

Mesmo assim, Rui Mauro, Vânia e Theotônio produziram material crítico sobre o neoliberalismo, a Constituição de 1988 e a redemocratização. A reintegração aos antigos postos de trabalho foram, entretanto, muito dificultadas (apenas Rui Mauro foi reintegrado à UnB e somente em 1987). Os novos empregos foram sazonais, oportunistados pela adesão ao PDT e proximidade com Leonel Brizola enquanto foi governador do Rio de Janeiro, ou em universidades e institutos privados. A falta de doutorado, nos casos de Rui Mauro e Theotônio, também dificultavam a reintegração aos postos acadêmicos. Os memoriais acadêmicos produzidos nos anos 1990 por Vania Bambirra para prestar um concurso na UFF (1991), por Rui Mauro Marini para reintegração na UnB (1987, atualizado em 1990) e por Theotônio dos Santos (1994) para concorrer a uma vaga de professor titular na UFF são fonte para compreender as críticas produzidas às mudanças na cultura acadêmica no Brasil e revela os motivos das dificuldades de reintegração e ressocialização desses intelectuais. Toda a trajetória do retorno e da reinserção desses intelectuais no contexto brasileiro dos anos 1980 revela igualmente a qualidade da transição brasileira. A ausência de política pública consistente de acolhimento dos expurgados e o tratamento dispensado aos retornados evidenciam a determinação do governo autoritário, das instituições de estado como as Universidades públicas e também dos governos eleitos após 1985 de não enfrentar o passado autoritário e não reparar os traumas dele decorrentes.

Bibliografía

Cardoso, Fernando Henrique & Serra, José (1978): “As desventuras da dialética da dependência”, in: *Estudos Cebrap*, N° 23, Cebrap, São Paulo, 1978.

Holzmann, Lorena (org.) (2008): *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*, L&PM, 2ª ed., Porto Alegre.

Mendonça, Ana Waleska (2000): “A Universidade no Brasil”, in *Revista Brasileira de Educação*. Maio/junho/julho/agosto, 2000, número 14. In http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_09_ana_waleska_p_c_mendonca.pdf, acesso em janeiro de 2013.

Reis, Daniel Aarão (2003): “A Vera”, in Bastos, E. R., Ridenti, M. E Rolland, D. (orgs.) *Intelectuais: sociedade e política*, Cortez, São Paulo.

Ridenti, Marcelo (2007): “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”, in Ferreira, J. & Reis, D. A. *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia. 1964*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, pp. 23-51.

Rollemborg, Denise (1999): *Exílio – Entre raízes e Radares*, Ed. Record, Rio de Janeiro/São Paulo.

Fontes

Bambirra, Vânia (1991): Memorial e Curriculum Vitae, Mimeografado, s.l, 115 pp.

Bambirra, Vânia (2013): “Entrevista 09/09/2013”, in <http://marxismocritico.com/2013/09/09/V%e2%80%99nia-bambirra-intelectual-e-militante/>

Bambirra, Vânia (1977): *Teoria de la dependência: una anticrítica*, UNAM, Ciudad de Mexico, in <http://www.amauta.lahaine.org>

Bambirra, Vânia (1979): *El capitalismo dependiente latinoamericano*, Siglo XXI Editores, Ciudad de México. (A primeira edição é de 1972)

Bambirra, Vânia (1981): *Os programas dos partidos políticos no Brasil: uma análise comparativa*, CORAG, Porto Alegre.

Carta de Lisboa (1979): in <http://www.pdt.org.br/index.php/memoria-pdt/documentos/carta-de-lisboa>

Marini, Ruy Mauro (1990): *Memória*, in http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm acesso em 30 de junho de 2009.

Marini, Ruy Mauro (1991): “Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990”, in http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm acesso em 30 de junho de 2009.

Marini, Ruy Mauro (1992). “El experimento neoliberal en Brasil”, in http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm acesso em 30 de junho de 2009.

Santos, Theotônio dos (2009 [1973]): *¡Bendita Crisis! socialismo y democracia en el Chile de Allende*, Fundación Editorial el perro y la rana, Caracas.

Santos, Theotônio dos (1978): “La Cuestión del Fascismo en América Latina”, in *Revista Cuadernos Políticos*. México: Editora Era, octubre-diciembre, p. 29-33.

Santos, Theotônio dos (1985): “Constituinte: uma agenda para o debate”, in Sader, Emir et all. *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*, Brasiliense, São Paulo, pp. 157-176.

Santos, Theotônio (1994): *Memorial*, digitado, 138 p.

Santos, Theotônio dos (1991): *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*, Vozes, Petrópolis.